

**(IN)DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÕES PEDAGÓGICAS DE CURSOS DE
PSICOLOGIA DA BAHIA NO SITE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR:
UM ESTUDO SOBRE ACCOUNTABILITY**

GABRIELA ANDRADE DA SILVA
Universidade Federal do Sul da Bahia
gabriela.silva@ufsb.edu.br

CAIO RUDÁ
Universidade Federal do Sul da Bahia
caio.ruda@ufsb.edu.br

TARCILA LORRANE FERNANDES DE SOUZA SOARES
Universidade Federal do Sul da Bahia
tarcilafernandes97@gmail.com

VICTÓRIA DOURADO MARTINS
Universidade Federal do Sul da Bahia
victoria-martins@outlook.com.br

RESUMO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) prevê que as IES publicizem uma série de informações de caráter pedagógico como matriz curricular, planos de curso, entre outros. O presente artigo objetivou analisar a disponibilidade dessas informações sobre cursos de graduação em Psicologia aos públicos de interesse na educação superior, no estado da Bahia, à luz dos conceitos de *accountability* e transparência. Trata-se de estudo exploratório, de caráter documental. Foram recuperados no sistema e-MEC os registros dos cursos, tendo como critério de inclusão os cursos em situação ativa, já iniciados e em modalidade de bacharelado. Calcularam-se as estatísticas descritivas (frequências relativas) referentes às taxas de disponibilidade das informações pesquisadas nos *sites* das Instituições de Ensino Superior. As informações foram analisadas quanto à categoria administrativa e organização acadêmica das IES. Os resultados apontam que informações relevantes estão sendo omitidas dos estudantes do curso, dos estudantes em potencial que farão a escolha pela instituição de ensino superior e da sociedade em geral, que deveria poder acompanhar e fiscalizar a formação do psicólogo. Indica-se medidas de criação de uma cultura de disponibilização de informações, independentemente de solicitações, bem como uma melhor fiscalização.

Palavras chave: Educação Superior; Transparência; *Accountability*; Formação em Psicologia.

1. INTRODUÇÃO

A massificação do ensino superior no Brasil tem sido uma das marcas da evolução do sistema educacional nos últimos 30 anos. Procurou-se ampliar tanto o número de vagas, quanto as condições de acesso para pessoas de camadas sociais com maior vulnerabilidade, por meio da expansão dos setores público e privado. Entre 1995 e 2012, observou-se um salto de 1.759.703 para 7.037.688 matrículas em cursos de graduação – um incremento de 299,9% (GASPAR; FERNANDES, 2014).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) abriu a possibilidade de IES terem fins lucrativos e, portanto, do ensino superior se tornar um negócio. Mantenedores das IES privadas com fins lucrativos passaram a adaptar cursos de nível superior a formatos que, com um mínimo de investimentos, gerassem um máximo de lucro (DIAS SOBRINHO, 2010). Tal fenômeno tem sido percebido como um processo de “massificação mercantilizadora”, isto é, “transformação de um direito ou ‘serviço público’ em ‘serviço comercial’ ou mercadoria.” (SGUISSARDI, 2015, p. 869).

O crescimento do setor privado segue impulsionado não apenas pelo pagamento das mensalidades com recursos próprios dos estudantes, mas também por políticas públicas de financiamento estudantil (BORGES; RIBEIRO, 2019), tendo havido um crescimento expressivo do número de matrículas, através de programas o como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni) Paralelamente, embora em ritmo bem menos expressivo, ocorreu uma expansão do ensino superior público, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Outras políticas de democratização do acesso ao ensino superior foram adotadas no âmbito público, como as de cotas raciais (OLIVEIRA; SILVA, 2017).

Em tal contexto, ampliam-se as possibilidades de escolha dos potenciais estudantes de graduação, que passam a ser disputados pelas IES, tornados de estudantes a consumidores de cursos – ou, mais especificamente, de diplomas. No entanto, não há evidências que sustentem uma ampliação da qualidade dos cursos. Pelo contrário, tem-se apontado uma precarização da formação, sobretudo nas instituições de ensino superior (IES) privadas, o que pode ser compreendido na perspectiva de uma incompatibilidade entre lucro e qualidade do ensino (RUDÁ; SILVA, no prelo; SOUZA; BASTOS; BARBOSA, 2011).

Embora os fatores que levam à escolha de uma IES sejam variados seria interessante que potenciais alunos se apropriassem de aspectos pedagógicos dos cursos pretendidos. Para estudantes de graduação, seria fundamental ter a visão de como os componentes curriculares (CCs) se integram no todo e de que habilidades, competências e conteúdos serão desenvolvidos em cada etapa do curso. Por fim, para a comunidade em geral, tais informações são também relevantes para o acompanhamento da formação de profissionais de nível superior, visto que a finalidade última da Educação é formar pessoas capacitadas para atuar na sociedade. Assim, neste trabalho, pretendemos abordar a disponibilidade de informações pedagógicas sobre cursos de graduação em Psicologia aos públicos de interesse na educação superior.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente trabalho fundamenta-se na relevância da *accountability*, termo que não tem tradução exata para o português, referindo-se a um complexo sistema que integra avaliação,

prestação de contas para a sociedade e responsabilização do agente político (AFONSO, 2009). No âmbito da educação superior, refere-se à justificação de valor e qualidade aos públicos de interesse (*stakeholders*): estudantes, aspirantes às vagas, governo, investidores, sociedade em geral (LEVEILLE, 2006). Assim, *accountability* é fundamental nas IES para gerar informações públicas sobre padrões de qualidade dos cursos e instituições (MARCHELLI, 2007).

Tal conceito não se aplica apenas aos serviços públicos, visto que a lógica neoliberal de regulação pelas forças do mercado também se vale da *accountability* (HARVEY; NEWTON, 2004). No Brasil, ainda não há uma tradição nesse sentido (BERNASCONI, 2013), mas algumas políticas têm sido adotadas no sentido avaliar as IES – incluindo avaliações externas, como se faz no SINAES (BRASIL, 2004; LACERDA, 2015; POLIDORI, MARINHO-ARAUJO e BARREYRO, 2006) – e de ampliar as informações disponibilizadas pelas IES.

Às IES públicas, aplica-se a conhecida Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), que buscou “assegurar o direito fundamental de acesso à informação” e tem como diretrizes, conforme seu Art. 3º:

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Em relação às informações pedagógicas, especificamente, há normas que se aplicam a todas as IES brasileiras, as quais foram estabelecidas pela LDB:

§1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições, e a publicação deve ser feita, sendo as 3 (três) primeiras formas concomitantemente:

- I - em página específica na internet no sítio eletrônico oficial da instituição de ensino superior, obedecido o seguinte:
- II - em toda propaganda eletrônica da instituição de ensino superior, por meio de ligação para a página referida no inciso I;
- III - em local visível da instituição de ensino superior e de fácil acesso ao público;
- IV - deve ser atualizada semestralmente ou anualmente, de acordo com a duração das disciplinas de cada curso oferecido (...). (BRASIL, 1996, Art. 47).

O presente trabalho é um desdobramento de um projeto mais amplo, em andamento, que objetiva analisar a abordagem do eixo de Fundamentos Histórico-Epistemológicos dos cursos de graduação em Psicologia brasileiros. Para isso, foi necessário acessar os *sites*

oficiais das IES em busca de informações sobre *currículum*, ementas e bibliografias usadas nos cursos. Diante das dificuldades encontradas na construção do *corpus* de pesquisa, considerou-se relevante a publicação dos dados referentes ao grau de disponibilidade dessas informações.

3. METODOLOGIA

Trata-se de estudo exploratório, de caráter documental. Foram recuperados no sistema e-MEC os registros dos cursos de psicologia do estado da Bahia, tendo como critério de inclusão os cursos em situação ativa, já iniciados e em modalidade de bacharelado. Em seguida, estudantes de graduação devidamente treinados localizaram os sites das IES que ofertavam esses cursos e buscaram as seguintes informações: PPCs, matrizes curriculares, planos de ensino-aprendizagem, ementas e bibliografias, preenchendo uma planilha eletrônica no Microsoft Excel.

Adotaram-se os seguintes códigos de preenchimento: 1 = informação disponível integralmente; 2 = informação disponível parcialmente; 3 = informação indisponível. Cada curso foi investigado por dois estudantes, de forma independente e cega, isto é: os pares procuraram as informações no *site* sem se comunicarem. Outra pesquisadora foi responsável por reunir os dados e fazer a análise de concordância entre pares, que proporciona maior validade à pesquisa, visto que se evita o viés de subjetividade de pesquisadores ao acessar os *sites*. As análises de concordância consideraram a proporção, em porcentagem, de respostas idênticas entre pesquisadores¹.

Em seguida, calcularam-se as estatísticas descritivas (frequências relativas) referentes às taxas de disponibilidade das informações pesquisadas nos *sites* das Instituições de Ensino Superior. As informações foram analisadas quanto à categoria administrativa e organização acadêmica das IES.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram localizados 59 cursos de Psicologia no estado da Bahia, conforme consulta ao e-MEC realizada em 1º de abril de 2019. Destes, 52 correspondiam à modalidade bacharelado e estavam em funcionamento na data da consulta, atendendo aos critérios de inclusão do presente estudo.

Mais de um terço dos cursos (36,5%) estava localizado na capital, Salvador. Os demais estavam localizados em 22 municípios do interior do estado. Quanto à categoria administrativa, foram localizados três cursos em instituições federais, correspondendo a 5,8% (dois na Universidade Federal da Bahia – UFBA e um na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB), e dois em instituições estaduais (Universidade Estadual de Feira de Santana – UESF e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB), correspondendo a 3,8% dos cursos. O setor privado sem fins lucrativos foi responsável pela oferta de 12 cursos (23,1%), e outros 35 (67,3%) foram ofertados por instituições privadas com fins lucrativos. Quanto à organização acadêmica, 27 cursos (51,9%) foram ofertados por faculdades, 15 (28,8%) por centros universitários e 10 (19,2%) por universidades.

A Tabela 1 mostra a taxa de concordância entre os pares de estudantes responsáveis pela coleta de informações nos sites das IES quanto à presença, presença parcial ou ausência de informações. As concordâncias foram sempre superiores a 75%, sendo, portanto, taxas consideradas aceitáveis. No entanto, as divergências entre pesquisadores superiores a 10% dos cursos analisados quanto à presença de PPC e matriz curricular no *site* indica a dificuldade de encontrar tais informações nos sites das instituições superiores, sendo necessário vasculhar vários links e menus, de forma que nem sempre nossos pesquisadores treinados conseguiram localizar os dados relevantes. A coleta de dados em pares de investigadores independentes, com um terceiro juiz quando necessário, foi fundamental para que a presente pesquisa atingisse maior precisão.

Tabela 1 – Taxa de concordância, em porcentagem de resultados idênticos, entre os pesquisadores responsáveis pela coleta das informações nos *sites* das Instituições de Ensino Superior.

Informação buscada nos sites das IES	Taxa de concordância
Projeto pedagógico de curso	86,5
Matriz curricular	78,8
Plano de ensino-aprendizagem dos CCs	94,2
Ementas	90,4
Bibliografias	94,2

A informação mais presente nos sites de cursos de psicologia das IES baianas foi a matriz curricular, localizada em mais de três quartos dos cursos pesquisados. As demais informações, no entanto, estiveram integralmente presentes em menos de 10% dos sites: PPC (9,6%), PEAs (3,8%), ementas (9,6%) e bibliografias (3,8%), conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Taxa de disponibilidade das informações nos *sites* das Instituições de Ensino Superior: PPC, matriz curricular, planos de ensino-aprendizagem dos CCs, ementas e bibliografias, em porcentagem do total de cursos pesquisados.

Informação buscada nos sites das IES	Disponível integralmente	Disponível parcialmente	Não disponível
Projeto pedagógico de curso	9,6	1,9	88,5
Matriz curricular	76,9	9,6	13,5
Plano de ensino-aprendizagem dos CCs	3,8	0	96,2
Ementas	9,6	0	90,4
Bibliografias	3,8	0	96,2

É notável, portanto, que informações relevantes estão sendo omitidas dos estudantes do curso, dos estudantes em potencial que farão a escolha pela instituição de ensino superior e da sociedade em geral, que deveria poder acompanhar e fiscalizar a formação do psicólogo. Esse resultado também indica o descumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que determina que as IES devem disponibilizar em seus *sites* e em toda propaganda eletrônica institucional, mediante link para os *sites*, “os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação” (BRASIL, 1996, Art. 47, §1º).

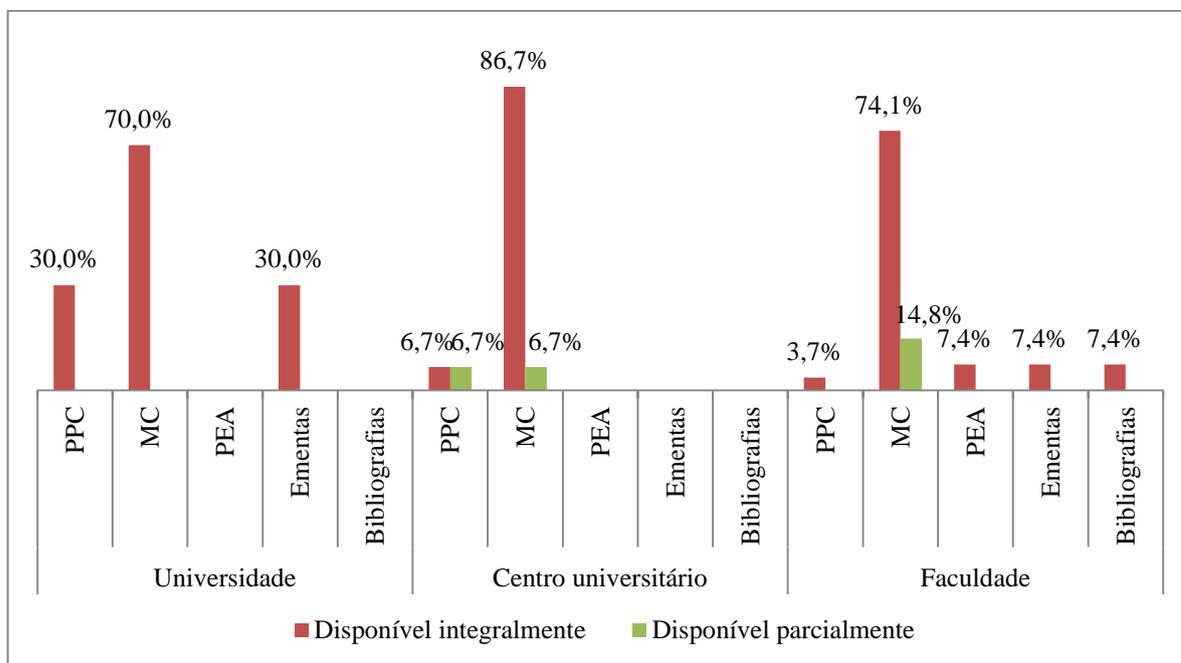
O tamanho amostral pequeno inviabilizou a aplicação de testes estatísticos inferenciais para investigar possíveis associações entre as taxas de disponibilização de informações nos *sites* e a organização acadêmica (universidade, centro universitário ou faculdade) e categoria administrativa (pública ou privada). No entanto, conforme mostram a Figura 1 e a Figura 2, as estatísticas descritivas não indicam associações, com exceção dos PPCs, que estiveram disponíveis com maior frequência nos sites das IES públicas. Tal análise poderá ser feita futuramente, visto que nossa intenção é realizar pesquisa censitária, incluindo todos os cursos de Psicologia ofertados no Brasil até a data da busca no sistema e-MEC.

Tendo em vista que pretendemos usar as informações sobre PPCs, matrizes curriculares, planos de ensino-aprendizagem, ementas e bibliografias de cursos de psicologia em pesquisas futuras, pretendemos solicitar tais informações diretamente às IES. No caso das públicas, pretendemos usar o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal – e-Ouv (<https://sistema.ouvidorias.gov.br>, acesso em 29 jul. 2019). No caso das privadas, precisaremos contar com a participação e disposição de coordenadores de curso e outros dirigentes. Teremos, então, a possibilidade de verificar em que grau as informações estarão disponíveis mediante solicitação.

Outras limitações da presente pesquisa foram a restrição aos cursos de Psicologia e ao estado da Bahia, escolhidos por conveniência, visto que este trabalho é um desdobramento da coleta de dados para um projeto mais amplo. Não encontramos motivos para supor que outros cursos de graduação e cursos localizados em outras unidades federativas tenham níveis diferentes de disponibilização de informações pedagógicas. No entanto, para evitar vieses e permitir comparações, seria interessante inclui-los em pesquisas futuras.

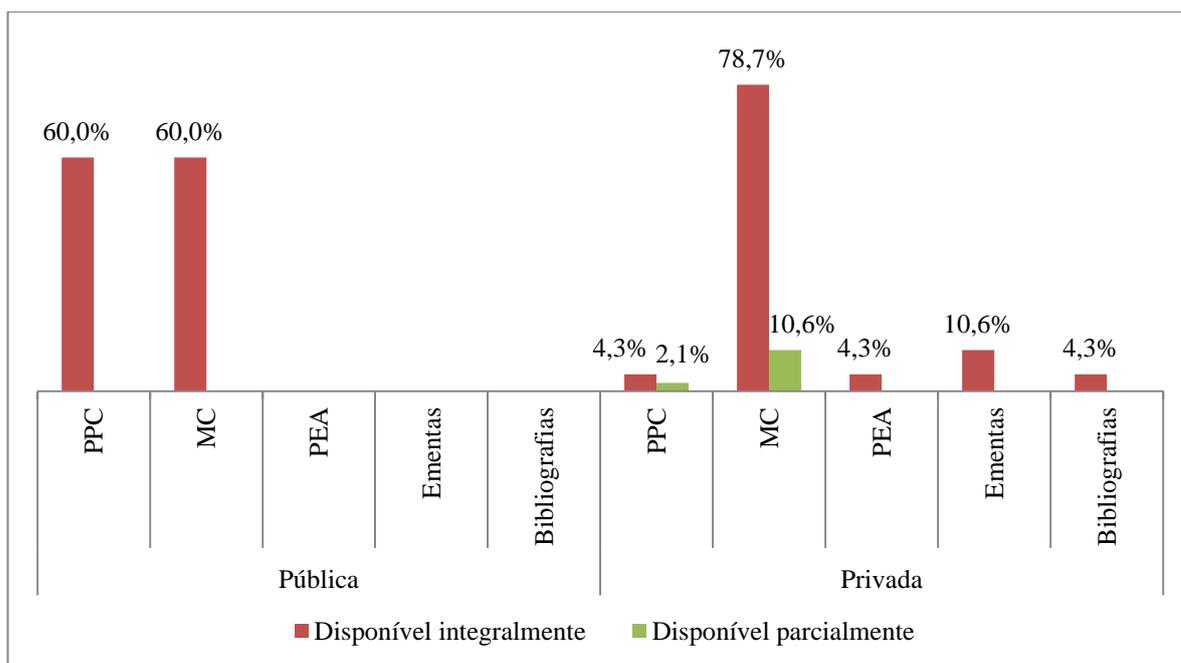
Cabe ressaltar que foi notável, na busca pelas informações, que os sítios eletrônicos das IES privadas são repletos de publicidade objetivando obter mais alunos. São enfatizados, em geral, aspectos relativos às facilidades de realizar os cursos, como flexibilidade de horários e formas de pagamento, bem como aspectos atrativos do mercado de trabalho. Informações pedagógicas, entretanto, são difíceis de localizar, mesmo quando existentes.

Figura 1 – Frequência relativa de disponibilidade de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), Matrizes Curriculares (MC), Planos de Ensino-Aprendizagem (PEAs), ementas e bibliografias nos sites de Instituições de Ensino Superior, por organização acadêmica.



Fonte: elaboração própria.

Figura 2 – Frequência relativa de disponibilidade de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), Matrizes Curriculares (MC), Planos de Ensino-Aprendizagem (PEAs), ementas e bibliografias nos sites de Instituições de Ensino Superior, por categoria administrativa.



Fonte: elaboração própria.

Consideramos que, a despeito de algumas limitações metodológicas, a presente pesquisa é relevante por sua originalidade e pelo rigor ao realizar a coleta de dados por pesquisadores independentes e cegos, evitando vieses de subjetividade nessa etapa. Os resultados evidenciaram a incipiência da cultura de *accountability* no Brasil, visto que até mesmo informações fundamentais sobre as características dos cursos ofertados estão indisponíveis na internet.

Lembramos que, com exceção dos Planos de Ensino-Aprendizagem, as demais informações são obrigatoriamente enviadas pelas IES ao MEC nos atos de autorização e reconhecimento de cursos. Logo, uma alternativa para ampliar a sua visibilidade poderia ser publicizá-las no e-MEC, seguindo a diretriz de “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações” da Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011, Art. 3º, inciso II).

Por fim, é possível fazer inferências sobre os motivos que levam as IES a não disponibilizar as informações preconizadas pela LDB nos seus *sites*. Algumas hipóteses são o desconhecimento da lei, a desorganização e exagerada burocracia institucional ou a deliberada intenção de que determinadas informações não sejam conhecidas – sobretudo se o curso for sabidamente de baixa qualidade pedagógica, e/ou se a IES não quiser ser cobrada por estudantes quanto ao cumprimento do que foi planejado para o curso.

5. CONCLUSÃO

Embora a disponibilização de informações pedagógicas nos sites das IES seja uma obrigação preconizada pela LDB (BRASIL, 1996), a lei vem sendo descumprida, o que prejudica a *accountability* das IES. São necessárias medidas de criação de uma cultura de disponibilização de informações, independentemente de solicitações, bem como uma melhor fiscalização. As informações sobre cursos são fundamentais para que se obtenha controle social sobre a formação em nível superior, tanto no âmbito público quanto no privado, sobretudo no atual cenário de precarização, massificação e mercantilização.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: crítica à *accountability* baseada em testes estandarizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, v. 13, n. 13, p. 13-29, 2009. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/545>. Acesso em: 29 Jul. 2019.

BORGES, G. F. S.; RIBEIRO, E. A. A expansão da educação superior brasileira a partir dos anos 90: democratização ou massificação? *Revista Triângulo*, Uberaba, v. 12, n. 1, p. 203-118, 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 9 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.861. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências, 2004. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em 29 Abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em 29 Jul. 2019.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao SINAES. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 195-224, 2010.

EUGENIO, B. D. (2000). On the usage of Kappa to evaluate agreement on coding tasks. **Second International Conference on Language Resources and Evaluation**. Athens, Greece. Disponível em: <http://www.lrec-conf.org/proceedings/lrec2000/pdf/206.pdf>. Acesso em 29 Jul. 2019.

GASPAR, R. F.; FERNANDES, T. C. Mercantilização e oligopolização no ensino superior privado. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 945-966, Set. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000300017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 Jun 2019.

HARVEY, L.; NEWTON, J. Transforming quality evaluation. **Quality in Higher Education**, London, v. 10, n. 2, p. 149-165, 2004.

LACERDA, L. L. V. SINAES, teoria e prática: pressupostos epistemológicos em oposição. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 20, n. 1, p. 87-104, 2015.

LEVEILLE, D. **Accountability in higher education: A public agenda for trust and cultural change, research & occasional papers: a report**. Berkeley, 2006. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED503070.pdf>. Acesso em: 29 Jul. 2019.

MARCHELLI, P. S. O sistema de avaliação externa dos padrões de qualidade da educação superior no Brasil: considerações sobre os indicadores. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas Educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n56/a04v1556.pdf>. Acesso em: 29 Jul. 2019.

OLIVEIRA, A. S. R.; SILVA, I. R. Políticas de inclusão social no ensino superior brasileiro: um estudo sobre o perfil socioeconômico de estudantes nos anos 2010 a 2012. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, e153900, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982017000100115&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 May 2019.

POLIDORI, M. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M.; BARREYRO, G. B. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 425-436, 2006.

RUDÁ, C.; SILVA, G. A. Formação do psicólogo na Bahia: uma análise a partir do Enade 2015. **Educação (Santa Maria)**, no prelo.

SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out.-dez. 2015. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/873/87343512002.pdf>. Acesso em 03 jul. 2019.

SOUZA, M. P. R.; BASTOS, A. V.; BARBOSA, D. R. Formação básica e profissional do psicólogo: análise do desempenho dos estudantes no Enade-2006. **Avaliação psicológica**, Itatiba, v. 10, n. 3, p. 295-312, dez. 2011. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/3350/335027287005.pdf>. Acesso em 03 jul. 2019

¹ Embora o índice de kappa seja comumente usado para a análise de concordância entre pares, optou-se por não utilizá-lo, devido à desproporção entre as frequências nas categorias do objeto avaliado (a frequência da categoria “0 = informação não disponível” foi muito mais elevada na maior parte das variáveis). Assim, seria esperado alto nível de concordância ao acaso, resultando num valor máximo de k (que corresponde à concordância perfeita entre avaliadores) mais baixo (EUGENIO, 2000), o que dificultaria a interpretação do kappa no presente estudo.